

Cadernos Teologia Pública



A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II:
marcos, desafios, perspectivas

Andrea Grillo

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVI • número 140 • volume 16 • 2019

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas

The liturgy, 50 years after the Second Vatican Council: milestones, challenges, perspectives

Resumo

Devemos partir da premissa de que uma parte nada pequena do problema litúrgico de hoje é representada pela inadequação teológica e pela incompetência litúrgica da Comissão *Ecclesia Dei*, que é incapaz de proteger e de promover a continuidade da tradição litúrgica posterior ao Concílio Vaticano II e, ao contrário, a mina explicitamente. Isso corresponde, de modo bastante singular, a uma gestão paralela e dolorosa da Congregação para o Culto – que, aliás, foi subtraída dessa delicada “matéria litúrgica”, submetida, em vez disso, à jurisdição da Congregação para a Doutrina da Fé. É preciso uma virada séria e serena, que reconheça eficazmente o que é central e o que deve ser descartado, pondo energeticamente de lado estilos curiais pouco dignos, não digo de uma “Igreja em saída”, mas, pelo menos, de uma Igreja minimamente interessada no fato de que existe algo fora de si mesma, do seu pequeno mundo antigo feito de apegos nostálgicos e de ressentimentos antimodernos.

Palavras-Chave: Liturgia; Concílio Vaticano; Igreja.

Abstract

We must start from the premise that a very small part of today’s liturgical problem is represented by the theological inadequacy and liturgical incompetence of the *Ecclesia Dei* Commission, which is incapable of protecting and promoting the continuity of the liturgical tradition subsequent to the Second Vatican Council and, contrary, mine explicitly. This corresponds, quite singularly, to a parallel and painful management of the Congregation for Worship, which, moreover, has been subtracted from this delicate “liturgical matter,” which is instead submitted to the jurisdiction of the Congregation for the Doctrine of the Faith. I need a serious and serene turn, to recognize effectively what is central and what must be discarded, putting energetic aside curious styles not worthy, I do not say of a “Church in the way”, but at least of a Church minimally interested in the fact that there is something outside of itself, of its little old world made of nostalgic attachments and anti-modern resentments.

Keywords: Liturgy; Vatican Council; Church

A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas:

Andrea Grillo

Professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma- IT

Tradução: Moisés Sbardelotto

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVI – Vol. 16 – Nº 140 – 2019

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuita de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas

Andrea Grillo

Professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma- IT

“Magnum principium a Concilio Oecumenico Vaticano II confirmatum, ex quo precatio liturgica, ad populi captum accommodata, intellegi queat” (MP, 1)

1. Introdução

Para compreender a condição da liturgia a 50 anos do Concílio Vaticano II, devemos considerar, acima de tudo, se realmente compreendemos não apenas “o que” aconteceu, mas “se” aconteceu algo no Vaticano II. Como disseram – com a vantagem de observar os eventos romanos a 10.000 quilômetros de distância – tanto

J. O'Malley, quanto G. Routhier, aconteceu no Vaticano II um “evento linguístico” e uma “mudança de paradigma” que nenhuma obsessão pela continuidade jamais poderá negar ou alterar. O Vaticano II nos levou a “reler a tradição” com outra abordagem, com um olhar novo e diferente. Não acima de tudo “doutrinal” ou “disciplinar”, mas como narração e ação, como Palavra e Sacramento. O Concílio Vaticano II é um ato de fidelidade

à tradição, que a liberta dos enrijecimentos doutrinários e disciplinares e que exige reconsiderar as “fontes” da tradição. Entre as fontes, não está nem a doutrina nem a disciplina, mas sim a experiência de palavra revelada e eclesialmente vivida (*Dei verbum* [DV] e *Lumen gentium* [LG]), a experiência da ação do culto ritual e da relação com o mundo como lugar do Espírito (*Sacrosanctum Concilium* [SC] e *Gaudium et spes* [GS]), que, depois, apenas em segunda instância, elaboram justas doutrinas e necessárias disciplinas.

O Concílio Vaticano II se autointerpretou – tanto nas palavras de João XXIII quanto nas de Paulo VI – como “concílio pastoral”. O mal-entendido dessa “índole pastoral” do Concílio muitas vezes comprometeu profundamente a compreensão correta da redescoberta da liturgia como fons e do projeto de “reforma litúrgica” que derivou dessa descoberta.

Portanto, gostaria de apresentar, em ordem, os seguintes pontos da minha argumentação: acima de tudo, apresentarei o sentido da “índole pastoral” do Concílio Vaticano II (§.1), em cujo interior ganha sentido, em primeiro lugar, a redescoberta da liturgia como “ação elementar e original” da experiência eclesial, que leva à Reforma (§.2) em vista da aquisição de uma “*actuosa*

participatio” que é a forma de participação coerente com a nova natureza que havia sido descoberta da liturgia, não como “cerimônia exterior”, mas como “linguagem elementar da revelação e da fé”. Mas o caminho da Reforma Litúrgica tinha em si o projeto de uma “reforma eclesial”. O verdadeiro objetivo da reforma não é, de fato, a liturgia, mas sim a Igreja. Por isso, a resistência à reforma da Igreja emergiu, acima de tudo, como resistência à reforma da liturgia: tudo isso inicia explicitamente a partir de 1988, que é a abertura da “terceira fase” do Movimento Litúrgico [ML] (§.3). Nos últimos tempos, assistimos à concentração da resistência à Reforma da Igreja em dois lados principais, dos quais eu gostaria de dar brevemente dois exemplos: por um lado, a questão do “paralelismo” que, desde 2007, vemos reaparecer entre *Vetus ordo* [VO] e *Novus ordo* [NO] (§.4); por outro, a resistência contra a Reforma dos textos, que inicia em 2001, com a aprovação de LA e, de fato, o bloqueio da relação vital entre o latim e as línguas nacionais, com a atribuição ao latim de um valor normativo sobre a expressão em língua diversa (§.5). Nos últimos cinco anos, também no campo litúrgico, o Concílio Vaticano II voltou a falar e a inspirar. As perspectivas de maior momento vão na direção de uma relação entre “liturgia e cultura”

não bloqueada por esquemas nostálgicos, por paralelismos hipócritas ou pela sobrevivência de esquemas de interpretação de tipo despudoradamente antimodernista.

2. Índole pastoral do Vaticano II: “substância da antiga doutrina e formulação do revestimento”

Na raiz do Concílio Vaticano II, está uma intuição teórica e uma profecia histórica de primeira qualidade. João XXIII a formulou durante o seu discurso de abertura do Concílio, em 11 de outubro de 1962, segundo a conhecida definição que encontramos no discurso *Gaudet mater ecclesia* pronunciado por João XXIII no dia 11 de outubro de 1962, na abertura do Concílio Vaticano II. Ela estabelece uma relação entre “substância da antiga doutrina do *depositum fidei*” e “formulação do seu revestimento”. Isso não deve ser compreendido, como às vezes ocorre, nos termos de uma “relativização” da forma em relação ao conteúdo, mas sim, como Giuseppe Ruggieri mostrou muito bem no seu estudo sobre a “teologia de João XXIII”, ao contrário, como recuperação de uma “mediação histórica” para um acesso “nutritivo” à tradição: a “substância” da antiga doutrina é aquilo

que nutre e faz florescer a tradição da Igreja, em formas sempre necessariamente novas.

Já para esse texto de abertura do Concílio Vaticano II deveríamos aplicar o critério filológico: o original é italiano, não latino, muito menos um italiano – ou um português – que é tradutor dos tradutores de Homero!

Mas Paulo VI também, quando abriu a II Sessão do Conselho, menos de um ano depois, após a morte de João XXIII e da sua eleição, especifica que o Concílio se encontra em um limiar decisivo:

“Chegou a hora, parece-nos, em que a verdade acerca da Igreja de Cristo deve ser explorada, ordenada e expressada, não talvez com aquelas solenes enunciações que são chamadas de definições dogmáticas, mas com aquelas declarações com as quais a Igreja com magistério mais explícito e de autoridade declara aquilo que ela pensa de si mesma” (Paulo VI, 29/09/1963, Abertura da II Sessão do Concílio Vaticano II).

Se unirmos essas duas afirmações, vemos aparecer bem a “diferença” – ou “descontinuidade” – que o Concílio Vaticano II representa na tradição da Igreja. Para assegurar uma continuidade, ele deve introduzir uma descontinuidade. Que podemos traduzir em dois princípios:

- ▶ de acordo com a expressão de João XXIII, não se trata de considerar o essencial na mudança dos revestimentos, como uma leitura distraída poderia levar a pensar. Pelo contrário, trata-se do contrário: é preciso assumir um “acesso complexo” ao valor nutritivo da tradição. São as “diversas formulações do revestimento” que, de tempos em tempos, permitem que as diversas épocas tenham acesso àquilo que é nutritivo e substancial da tradição!
- ▶ de acordo com a expressão de Paulo VI, para que a Igreja possa “melhor declarar aquilo que pensa de si mesma”, é preciso que ela “explore, ordene e expresse” a verdade com declarações diversas da doutrina e da disciplina que tradicionalmente tinha assumidos as formas, eminentes, de declarações dogmáticas e de cânones de condenação.

Um novo exercício do magistério, mais explícito e de autoridade – “*clariore et graviore magistério*” – está em jogo para captar aquelas dimensões de fundo da experiência cristã que se tornarão, nos meses e anos posteriores a esses discursos, SC, DV, LG, GS. Com admirável inclusão, seguirão, a esses discursos sobre a “índole pastoral”,

documentos que, em forma mais ou menos explícita e coerente, darão corpo a esse projeto, recuperando a “ação ritual”, a “palavra revelada”, a “relação eclesial” e a “correlação com o mundo” como “experiências do mistério”.

3. A liturgia como “ação original” (fons) e “ação comum” (per ritus et preces)

Nesse âmbito, e com a vantagem de um terreno já lavrado pelo trabalho de duas gerações – mas também com a vantagem de um “preconceito cerimonialístico” que não identificava na liturgia um “terreno delicado” no debate teológico – a SC propõe uma releitura da ação ritual como “continuação da história da salvação”, da qual evidencia, de uma maneira realmente nova, mesmo em comparação com a *Mediator Dei* [MD] de Pio XII (1947), dois aspectos da liturgia que se tornarão decisivos para os desdobramentos posteriores:

- a) A ação ritual não é apenas “expressão externa”, mas também “experiência original” de toda a ação da Igreja.
- b) A ação ritual é ação comum a todo o povo de Deus, que é “comunidade sacerdotal”.

Esses dois princípios retomam uma antiga tradição, que o primeiro milênio conheceu bem, mas que o segundo milênio latino havia gradualmente ofuscado, a ponto de perdê-lo.

Toda essa novidade da noção de “ação ritual” torna-se decisiva no modo de estabelecer a “participação do povo”: todos participam da ação ritual. A “*actuosa participatio*” significa exatamente isso. A liturgia não é dos clérigos, mas da assembleia reunida, à qual os clérigos prestam serviço, como “humildes servos na vinha do Senhor”.

A emergência dessa noção de “*actuosa participatio*”, para a qual todos, mediante os “*ritus et preces*” podem “*intelligere*” o mistério pascal, determina o surgimento de uma exigência de “reforma”. A reforma será o instrumento para poder transformar o VO, as formas rituais tridentinas, em uma estrutura ritual capaz não só de hospedar, mas também de suscitar e acompanhar a participação de todo o povo de Deus na ação litúrgica. O trabalho que inicia imediatamente após a aprovação da SC, já desde 1964, levará, no giro de 25 anos, a uma total renovação das “*ordines*” litúrgicas, com um trabalho acuradíssimo de tradução, adaptação, reformulação.

4. Uma periodização do ML para entender o nosso tempo: generatio aequivoca

Para entender o que aconteceu depois de 1988, devemos agora dar um pequeno passo para trás. Porque um dos vícios com os quais muitas vezes lemos a história da liturgia “depois do Concílio” é não levar em conta o que havia antes. De modo sintético, quero lembrar que:

- a) O ML não é aquilo que precede o Concílio Vaticano II, mas sim algo muito mais amplo e complexo, e que chega até nós. Inicia com premissas no século XIX, depois oficialmente no início do século XX e chega à sua primeira fase até a MD, em 1948;
- b) Depois de 1948, quando se conclui a sua “fase profética”, inicia-se uma longa fase, que chegará até 1988, que podemos definir como “fase da reforma”. Com efeito, as reformas iniciam pouco depois de 1947, com a reforma da Vigília Pascal e depois da Semana Santa e muitos projetos ainda antes do Concílio. E chega, como dissemos, até 1988.

- c) Em 1988, ocorrem três fatos epocais: 25 anos da SC, o cisma lefebvriano e a aprovação do primeiro rito “inculturado” (Missal Romano para a Igreja do Zaire). A reforma está completa e é preciso “mudar de ritmo”, recuperando a verdadeira prioridade, que não é a reforma, mas sim a “*actuosa participatio*”. O Concílio quer a Reforma como instrumento, mas a “participação ativa” como fim.

Nessa reconstrução esquemática, iniciam-se dois percursos. Uma de gradual “assimilação” dos ritos reformados como “linguagem ritual” da Igreja. Por outro, a resistência das “*societas perfecta*” contra as novas formas rituais. Os últimos anos do pontificado de João Paulo II são o espaço de um grande fenômeno de “resistência”, que se expressa, depois, com ainda mais força durante o pontificado de Bento XVI. A partir dessa “resistência ao extremo”, nascem também autênticos “monstros”, fundamentados em argumentações desprovidas de fundamento, em forçações e em formas autorreferenciais de justificação realmente impressionantes, se forem olhadas com os olhos de apenas 10 ou 20 anos depois. Examinemos os dois principais “*monstra*” que foram gerados pelo “sono da razão litúrgica” nesse período.

5. “*Monstrum primum*”: uma teoria do “*paralelismo universal*” entre VO e NO

Repentinamente, com argumentações sem qualquer fundamento, em julho de 2007, o Papa Bento XVI repropôs a “vigência” dos ritos anteriores à reforma litúrgica, em paralelo com os reformados. Não só para a eucaristia, mas para todos os sete sacramentos e também para o Ano Litúrgico, a Liturgia das Horas e sacramentais vários, todo o repertório de “*Ordines*” vigentes antes de 1969 é posto novamente em vigor, subtraindo do poder episcopal todo possível controle sobre a liturgia diocesana e reservando a sua competência à Comissão romana Ecclesia Dei. Tratou-se de uma operação inescrupulosa tanto do ponto de vista jurídico, quanto do ponto de vista teológico, que introduziu graves formas de distorção na prática ritual eclesial, contagiando potencialmente toda paróquia de um possível dualismo que, do plano celebrativo, passava, inevitavelmente, ao plano eclesial, espiritual, ético, doutrinal. Um verdadeiro “*vulnus*” à tradição litúrgica, uma forma “irresponsável” de perda de controle e de atribuição de “autoridade” a todas as formas de passadismo, tradicionalismo na Igreja. Dando relevo e apoio a alguns “casos humanos” e a

muitos “casos clínicos”. Uma Igreja que, depois de ter feito uma grande e acurada reforma, põe novamente em vigor, paralelamente, as *ordines* anteriores, está certamente desorientada e corre o risco de se tornar desorientadora. Nesse caso, a “desconfiança na Reforma” chega ao ponto de legitimar oficialmente a sua contradição, hipocritamente concedida “apenas na medida em que se aceitem os ritos reformados”.

6. “*Monstrum alterum*”: uma teoria da tradução “sem destinatário”

O segundo “monstro”, por sua vez, alguns anos antes, havia sido introduzido dentro da lógica da reforma litúrgica. A história da “grave tarefa” de traduzir os textos litúrgicos conheceu diversas fases após o Concílio, mas com a Instrução “*Liturgiam authenticam*” (2001), era imposto um princípio absoluto de “tradução literal”, como garantia da fidelidade ao texto latino, que, de fato, impossibilitara qualquer boa tradução. As *Conferências Episcopais encontravam-se pressionadas por uma tensão irresolúvel: ou obedeciam à normativa da Instrução e traduziam de modo incompreensível*

para o seu povo; ou traduziam de modo compreensível, mas não recebiam a aprovação das traduções por parte da Congregação romana. Desde 2001, o desconforto crescera cada vez mais, até os protestos explícitos que, nos últimos anos, tinham chegado dos episcopados alemães, franceses, estadunidenses, canadenses, italianos... Na realidade, o “bloqueio institucional” dependia de um duplo bloqueio teórico, que pretendia garantir a fidelidade segundo dois princípios drásticos demais: impunha-se traduzir literalmente e traduzir sem interpretar. Um latim idealizado era apenas a tela de um invencível medo da reforma litúrgica e da forma de Igreja que dela brotaria. E é bastante significativo que, também nesse “segundo monstro”, assim como no primeiro, a lógica motriz era a de “subtrair autoridade” dos episcopados locais, tanto em relação ao uso do VO, quanto em relação à determinação das línguas de tradução. Em ambos os casos, a idealização nostálgica de uma “liturgia reduzida ao passado” tornava-se a fácil ideologia em que muitas vezes se faziam passar como “liturgia de sempre” aqueles que haviam se tornado os vícios e os hábitos reacionários de setores da Cúria Romana, facilmente exportáveis com o selo do poder eclesiástico.

7. Depois de março de 2013: uma providencial retomada da continuidade com o Concílio Vaticano II.

Com maior amplitude, creio que posso agora sondar a “mudança de ritmo” – para não dizer de paradigma – que encontramos com a eleição do Papa Francisco no plano litúrgico. Também neste caso vale a condição favorável de um Bispo de Roma que “nasceu eclesialmente com o Concílio”. Certamente ele não é um liturgista, nem um – suposto ou real – liturgista especialista. Mas essa experiência prática e essa ausência de pré-compreensões ideológicas lhe permitiram dizer e fazer algumas coisas que permaneceram como “marcos” nesses 5 anos:

7.1 O Concílio é irreversível

Ele afirmou várias vezes, explicitamente, a irreversibilidade do Concílio Vaticano II. No fundo, os dois “*monstra*” só podem ser contidos e combatidos se a “direção comum de marcha” for clara e inequívoca. Enquanto a autoridade máxima não for clara sobre isso – se indica o NO, mas também o VO; se permi-

te as traduções, mas somente se forem o “molde do latim” – gera-se inevitavelmente uma divisão e uma incompreensão cada vez mais grave na única Igreja. Remover toda ilusão daqueles poucos – mas poderosos – que esperam em uma “reversibilidade do Concílio litúrgico” tem sido até agora um mérito objetivo do papado de Francisco.

7.2 O “grande princípio” reafirmado e sancionado

Sobre esse ponto, Francesco interveio com um *motu proprio* que assume um valor muito grande.

O título do documento remonta ao “grande princípio” afirmado pelo Concílio Vaticano II, ou seja, à “compreensão dos textos litúrgicos” por parte do povo de Deus, para assegurar a participação na ação celebrativa como “fonte e ápice” de toda a ação da Igreja.

Embora na sua brevidade de apenas duas pequenas páginas, que intervêm apenas sobre um artigo do Código de Direito Canônico, o documento papal não renuncia a um espaço de “argumentação teológica”, no qual encontramos afirmados pelo menos quatro princípios que não escutávamos com tanta clareza há quase 50 anos:

- ▶ O “grande princípio” da exigência de compreensão da oração litúrgica por parte do povo.
- ▶ O princípio pelo qual a “palavra” é mistério, mas isso não depende da “incompreensão”, mas sim da profundidade inesgotável do seu significado.
- ▶ O terceiro princípio é a “competência episcopal sobre as traduções”, que é reiterada com força, como herança conciliar e como exigência intrínseca para a renovação da vida litúrgica do povo de Deus. A composição entre exigências dos Episcopados e exigências da Santa Sé encontra, com a reforma do Código, uma correlação mais fácil e feliz.
- ▶ O quarto princípio é uma “teoria da tradução”, bem expressada na frase: *“fideliter communicandum est certo populo per eiusdem linguam id, quod Ecclesia alii populo per Latinam linguam communicare voluit”*. Ou seja: “É preciso comunicar fielmente a um determinado povo, através da sua língua, o que a Igreja pretendeu comunicar a outro por meio da língua latina”.

Essa formulação indica bem a importância de *traduzir não palavra por palavra, mas de cultura a cultura*. O

que deve ser comunicado – a palavra da salvação – deve encontrar expressão diferente quando entra em línguas e culturas diferentes. A correspondência entre línguas não é estática, mas dinâmica. Enrijecer o “conteúdo” em palavras fixas leva, irreparavelmente, a traduções incapazes de comunicar. A exigência de um “glossário comum” não contradiz, mas justifica essa escolha comum. Uma das consequências desse documento é uma preciosa reflexão sobre o tema da “fidelidade”. De fato, o que significa ser “fiel ao texto”? Isso envolve uma dupla fidelidade: não só ao texto, mas também ao destinatário. Para garantir essa dupla fidelidade, não é suficiente uma competência central, mas é decisiva também uma competência local. A lógica do *motu proprio* é a de uma “reconsideração da periferia”: para traduzir plenamente o significado de um texto litúrgico, originalmente latino, devemos entrar na língua do povo não só com a cabeça, mas também com o corpo. Isso pode ser feito não principalmente por funcionários romanos, mas por Bispos in loco. Uma fidelidade apenas literal contradiz a complexidade da estrutura eclesial e da história dos povos. A referência ao Concílio Vaticano II é o horizonte no qual, *para ser fiel à tradição, é preciso reconhecer a possibilidade de mudar de língua*. Podemos ver aqui uma retomada

do grande texto de João XXIII: a formulação do revestimento permite o acesso à substância da antiga doutrina!

Um segundo aspecto, que devemos levar em consideração no documento, é a superação da ilusão de que se pode traduzir sem interpretar. Por trás da distinção entre “*recognitio*” e “*confirmatio*”, introduzida pelo documento, está, no fundo, a consciência de que *não é possível um ato de tradução real e eficaz que não mergulhe na interpretação particular que cada língua “diferente” oferece do texto em latim. Para passar do latim para as línguas faladas, é necessária não simplesmente uma transposição lexical, mas também uma interpretação cultural, existencial, histórica, social. Aquela que, à primeira vista, parece ser uma distinção jurídica e fria entre procedimentos permite que o frescor e a riqueza das vidas entrem nas palavras da liturgia, pois restitui autoridade às Conferências Episcopais locais. Uma teologia da liturgia participada e uma eclesiologia de comunhão são o pressuposto e o efeito dessa importante reforma do código. E a unidade é garantida não pelo recuo ao latim, mas pelo avanço na tradução das línguas do povo.*

O *motu proprio* desbloqueia a vida da Igreja que celebra, mas também revela um grande desejo de novas motivações: tal desejo deverá ser preenchido por uma

nova Instrução, que saiba sair dos baixios – não apenas processuais, mas também argumentativas – a que *Liturgiam authenticam* nos havia levado. Talvez a mesma comissão que elaborou esse “procedimento de emergência” poderá se ocupar de redigir uma nova Instrução, que leve em consideração acurada, serena e extensamente todo o desenvolvimento da Reforma já realizado, além do desenvolvimento rico e fecundo que ainda resta a ser feito. Se o *motu proprio* reabriu um grande espaço eclesial de recepção da Reforma Litúrgica, tal espaço, no entanto, aparece no novo documento como uma “foto negativa”. Ou seja, descerra competências que devem tomar forma, carne e sangue. E devem fazer isso localmente. Sem jamais poder excluir que a língua nacional é vivida não somente como “língua de chegada”, mas também como “língua de partida” do ato de culto.

Para entender bem essa passagem histórica, volta a ser bastante útil a reflexão mais geral proposta recentemente por M. Neri, na revista online *Settimana News*, sob o título “*Il respiro corto delle Chiese locali*” [O fôlego curto das Igrejas locais], do qual extraio esta bela imagem. Ela abordava com lucidez a dificuldade de uma “imitação de Francisco” que sempre corre o risco de chegar a uma retórica ineficaz:

“Dito em uma frase: a retórica tenta imitar a inspiração arejada de Francisco; a prática desemboca a um imaginário eclesial muito distante dela. Ou seja, *o desejo sincero é o de retraduzir in loco a realidade da Igreja que ele quer incutir nos nossos corações, mas, no fim, apertamos tudo em um espartilho que não tem nada a ver com ela*. E, atente-se bem, quem faz isso somos nós, que somos convictos estimadores de Francisco, não aqueles que se opõem de todos os modos ao seu curso.”

Essa observação, evidentemente, vale para o conjunto das formas pastorais de uma Diocese ou de uma Igreja nacional. Mas também se aplica, de modo surpreendentemente eficaz, à recente história da “recepção da Reforma Litúrgica”. Que, a partir da *Liturgiam Authenticam*, recebeu, a partir do centro, uma mensagem forte e clara: *o espartilho devia ser tão apertado que não se conseguia mais sequer respirar*. Agora, a partir de 1º de outubro de 2017, com o *motu proprio*, abriu-se explicitamente um espaço institucional para mudar de estilo e de perspectiva, e para mover rapidamente não só para os “passos do Concílio de Trento e do Vaticano I”, mas principalmente aos do Concílio Vaticano II.

7.3. A Reforma é necessária, mas não suficiente

Em conclusão, podemos identificar duas linhas de tentação da recepção do Concílio Vaticano II e da sua “índole pastoral” no plano da ação litúrgica:

- a) A primeira tentação é aquela que se ilude que a Reforma Litúrgica não é necessária e que o regime ritual da Igreja Católica pode legitimamente continuar como se o Concílio não tivesse existido. Talvez hoje até o Prefeito da Congregação do Culto esteja submetido de modo dramático a essa tentação. Todos aqueles que pensam desse modo caem facilmente em um gravíssimo erro de julgamento: confundem a causa com o efeito e consideram que a “questão litúrgica” começou com o Concílio Vaticano II ou, então, com as “reformas” introduzidas ainda nos anos 1950. Na realidade, o ato reformador é a resposta a uma “crise” que Rosmini e Guéranger, lucidamente, reconheciam como presente ainda antes de 1850!
- b) O segundo front de tentação, que é recíproco ao primeiro, mas muito mais insidioso por ser muito mais difundido, acredita que a Refor-

ma é necessária, mas acha que ela também é “suficiente”. Ou seja, que basta “defender” as novas *ordines* para que a liturgia possa prosperar. Ora, aqui deve ficar muito claro que a defesa das novas *ordines*, que certamente é um ato devido e necessário, não é de modo algum suficiente para responder à “questão litúrgica”. Somente uma recepção capilar e de base da “forma ritual” introduzida pelo NO poderá enfrentar a crise e resolvê-la.

Portanto, a solução da “questão litúrgica”, à qual o Concílio e a Reforma tentaram responder, só pode encontrar o seu caminho com uma redescoberta da liturgia como “*fons*” para a identidade cristã. Aqui também, o caráter de “fonte” significa que, para todos os batizados, o ato de culto litúrgico está no início da sua identidade eclesial e espiritual. Como é evidente, essa recuperação da “*actuosa participatio*” deve ser realizada mediante o amadurecimento de uma nova “*ars celebrandi*”, que valorize aquilo que tradição chamava de “rubricas” e que hoje devem ser reconhecidas como “linguagens não verbais”. Por assim dizer, com as belas palavras do Pe. De Clerck, a cultura litúrgica passara “do vermelho ao preto”, para descobrir o sentido teológico da liturgia. Agora,

deve retornar “do preto ao vermelho”, para redescobrir o poder das linguagens não verbais, sobre as quais a ação ritual não apenas expressa, mas faz experiência do mistério pascal. Essa grande conversão a uma “racionalidade mais ampla” do que aquela simplesmente verbal é a via obrigatória pela qual a Igreja Católica redescobre a própria identidade de povo de Deus, de corpo de Cristo e de templo do Espírito Santo.

O “grande princípio” afirmado pelo Concílio Vaticano II, portanto, envolve uma “inteligência do mistério *per ritus et preces*”, que implica não apenas a “tradução das línguas”, mas também a “iniciação às linguagens não verbais”. Afirmar a primeira parte da “inteligência” não significa, de modo algum, negar a segunda. Assim, de modo plástico, a tradição é traduzida não apenas quando finalmente nos damos conta de que uma “língua africana” pode dizer coisas que o latim “não consegue expressar” – e, portanto, se finalmente temos a consciência de que até o latim, como todas as línguas de Babel, tem pontos cegos e zonas de sombra –, mas também quando um papa, sob a pressão de uma nova compreensão do Evangelho e da missão da Igreja, faz o “gesto do lavar-pés” da Missa *in coena domini* em uma prisão, com pés de mulheres, condenadas por tribunais e não cristãs. O

gesto ritual, assim ressignificado, narra, na imediaticidade de uma linguagem não verbal, uma identidade periférica da revelação da fé e um rosto não autorreferencial

da Igreja e dos cristãos. Também sobre esse aspecto do necessário desenvolvimento litúrgico, em muitos casos, Francisco aparece como “o melhor teólogo”.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Koenigs, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier

- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *"Ite, missa est!": A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio "Summorum Pontificum"* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislano Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight

- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspects epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vitor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 *A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
- N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
- N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins

- N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
- N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
- N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
- N. 110 *A Encíclica Laudato Si' e os animais* - Gilmar Zampieri
- N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
- N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
- N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 *A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto
- N. 117 *Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?* – Gaël Giraud e Philippe Orliange
- N. 118 *Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas* – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
- N. 119 *A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica* – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
- N. 120 *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política* – Amos Yong
- N. 121 *Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída* – Tea Frigerio
- N. 122 *Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental* – Colby Dickinson
- N. 123 *A sensibilidade religiosa de Thoreau* – Edward F. Mooney
- N. 124 *Diáconos na Igreja Maronita* – Phyllis Zagano
- N. 125 *Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben* – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 126 *Teologalidade das resistências e lutas populares* – Francisco de Aquino Júnior
- N. 127 *A glória como arcana central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão* – Colby Dickinson
- N. 128 *O Princípio Pluralista* – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 129 *Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética* – Ivone Gebara
- N. 130 *Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben* – Joel Decothé Junior
- N. 131 *A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval* – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes
- N. 132 *O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos* – Massimo Borghesi
- N. 133 *Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial* – José Roque Junges
- N. 134 *A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco* – Massimo Faggioli
- N. 135 *A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento* – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 *Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral* – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 *A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium* – Paulo Suess
- N. 138 *O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial”* – Andrea Grillo
- N. 139 *A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança?* – Austen Ivreigh



Andrea Grillo. Filósofo e teólogo italiano, leigo, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália.

Outras contribuições

GRILLO. Andrea. Rahner, Martini e Francisco: uma pérola preciosa. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 29 de março de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577495>

_____. Revolução perdida? As reformas e o Espírito. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 10 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580712>

_____. Papa Francisco, o filho do Concílio que se tornou um homem livre. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 29 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580378>

_____. Mistérios ordenados para as mulheres. Entrevista publicada por **IHU on-Line**, em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580002>

_____. *Amoris laetitia* é um jantar de casamento. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 30 de março de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566281>.

_____. Papa Francisco e a “excentricidade americana” em Roma. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 26 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571063>

_____. O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial”. In: **Cadernos Teologia Pública**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, ano 15, n. 138, 2018.

_____. O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia*. In: **Cadernos Teologia Pública**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, ano 13, n. 111, 2016

_____. Igreja Introvertida: dossiê sobre o motu Proprio “*Summorum Pontificum*”. In: **Cadernos Teologia Pública**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, ano 8, n.56, 2011

